



11

ATA

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e dezanove, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores Adelina Paula Mendes Pinto, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Fernando José Barros Pacheco Seara de Sá, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Alberto Vieira Fernandes, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e Hugo Miguel Alves Ribeiro.-----

A Vereadora Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro apresentou requerimento para prorrogação da suspensão do seu mandato, que foi votado na ordem do dia, conforme adiante se indica, e solicitou a sua substituição na presente reunião. Nesta sequência, foi convocado o cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Hugo Miguel Alves Ribeiro, tendo sido efetuada a respetiva substituição, e, consequentemente, participado como Vereador na presente reunião ordinária. -----

Secretariou a Diretora de Departamento, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1. O Presidente da Câmara informou que estava hoje aqui presente a turma do 11º ano da área de Artes Visuais da Escola Secundária Francisco de Holanda, que conquistou o concurso nacional promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian «Quem é Calouste?», cuja cerimónia revelação decorreu ontem em Lisboa. Informou que a turma da escola vimaranense que concorreu sob a liderança da Professora Alexandra Jordão Pires, venceu o prémio Artes Visuais, para alunos com idades entre os 15 e os 18 anos,

numa área em que concorriam, também, escolas de Lisboa e Porto, e desafiava os concorrentes a mostrar, através da Música, Artes Visuais, Texto ou Filme, o espírito visionário de Calouste Sarkis Gulbenkian. -----

O Presidente da Câmara passou a palavra à Professora Alexandra Jordão Pires que agradeceu o convite para estarem aqui hoje, dando a conhecer o trabalho realizado. Explicou que este foi um trabalho de atelier, em cooperação, na medida em que todos participaram com ideias e materiais, tendo sido uma ação muito estimulante para os alunos que compreenderam que juntos alcançam muito mais do que individualmente. -

2. O Presidente da Câmara disse que estava hoje presente a vimaranense Rita Miranda, a jovem Embaixadora selecionada para representar a região da Europa do Sul e Mediterrâneo no encontro Mundial da Organização das Cidades Património Mundial, em Cracóvia, no próximo mês de junho, no âmbito do Encontro de Jovens Embaixadores de Cidades Património da Humanidade, que decorreu em Ibiza. O Presidente da Câmara passou a palavra a Rita Miranda que fez uma breve apresentação do seu trabalho, tendo exibido um vídeo sobre Guimarães, que integrava a sua candidatura. -

-----INTERVENÇÕES-----

1. Vereador André Coelho Lima – a) – Disse que, aquando da votação, em reunião de Câmara realizada em 31 de janeiro último, do projeto de decisão de classificação da Casa dos Carvalhos como monumento de interesse municipal, foi igualmente apresentado, pelo Vereador Fernando Seara de Sá, um ponto de situação sobre o Projeto Hereditas, tendo em conta a informação disponível. Disse, ainda, que, ao tempo, o Presidente da Câmara comprometeu-se a trazer informação complementar sobre o assunto na reunião subsequente, o que não veio a verificar-se. Referiu, a propósito, que, na semana seguinte, os órgãos de comunicação social locais refletiram amplamente aquele projeto, até com a publicação de uma entrevista do



11

Vereador Fernando Seara de Sá, responsável por esta área, considerando, assim, não ter sido cumprido o compromisso firmado com os Vereadores da oposição; **b)** – Começou por dizer que tem sido hábito dos membros eleitos pelo Partido Socialista na Assembleia Municipal refletir sobre o trabalho dos Vereadores sem competências, sem que estes se possam oportuna e legitimamente defender. Disse que, no mandato anterior, o então Presidente da Assembleia Municipal concedia a defesa da honra quando solicitada, lembrando ter usado desta faculdade uma ou duas vezes, o que, acrescentou, pretende agora evitar em nome do bom funcionamento daquele órgão deliberativo. Assim, fez um pedido ao Presidente da Câmara Municipal no sentido de que, no período reservado à Câmara Municipal, os Vereadores eleitos pela Coligação Juntos por Guimarães possam também intervir sempre que forem referidos e atacados. De seguida, referiu-se ao assessor Paulo Silva Lopes na qualidade de líder parlamentar do Partido Socialista e concretamente a um artigo de sua autoria sobre as consequências do resultado eleitoral das últimas eleições autárquicas. Depois de ter lido excertos do referido artigo, afirmou não existir resultado eleitoral com o qual esteja com dificuldade em lidar. Terminou, dizendo que o escrutínio eleitoral verificado foi o resultado do funcionamento pleno da democracia e do trabalho afincado de ambas as candidaturas. -----

2. Presidente da Câmara – a) - Sobre o Projeto Hereditas disse que o trabalho é muito positivo e que será apresentado ao executivo camarário na próxima reunião de Câmara; **b)** – Elogiando o trabalho do líder parlamentar do Partido Socialista, disse que estará atento às questões que vierem a ser levantadas pelos membros cabendo, contudo, ao Presidente da Assembleia Municipal, dirigir os trabalhos e aplicar o princípio de defesa da honra. A propósito, defendeu que deve ser evitado abordar assuntos na Assembleia Municipal que ainda não tenham sido devidamente esclarecidos em sede de

reunião de Câmara, considerando que a discussão sobre o relatório de avaliação do Estatuto do Direito de Oposição não ficou completamente esgotada na última reunião do executivo. Assim, na sequência da intervenção do Vereador Bruno Fernandes sobre a candidatura do autarca da União das Freguesias de Atões e Rendufe pelo Partido Socialista nas últimas eleições autárquicas, disse que todos os cidadãos têm direito ao exercício pleno da liberdade e de escolha, em qualquer momento da vida. Defendeu que os cidadãos possam exercer as escolhas e os projetos com que mais se identificam na defesa do seu território, numa conjugação de esforços harmoniosa, acrescentando que as opções partidárias nas últimas eleições autárquicas, concretamente dos Presidentes de Junta de Ponte e da União das Freguesias de Atões e Rendufe, era um direito que lhes assistia. Recordou a candidatura pela Coligação Juntos por Guimarães à União das Freguesias de Briteiros S. Salvador e Briteiros Santa Leocádia de um cidadão que havia sido Presidente de Junta durante 20 anos pelo Partido Socialista, tendo terminado o anterior mandato como Secretário da Junta de Freguesia pelo mesmo partido. Lembrou, ainda, o convite insistentemente feito pela Coligação Juntos por Guimarães ao Secretário da Junta de Freguesia de Gonça, eleito pelo Partido Socialista, e que veio a encabeçar a candidatura do Partido Socialista naquela freguesia nas eleições autárquicas de 2017. -----

3 – Vereador Bruno Fernandes – Começou por dizer que não retirava sequer uma palavra ao que disse na última reunião de Câmara. De seguida, esclareceu os contornos do contacto mantido com o atual Presidente da Junta da União das Freguesias de Briteiros S. Salvador e Briteiros Santa Leocádia, a quem não lhe foi prometida a concretização de qualquer obra em troca pela candidatura, acrescentando que o autarca acreditou numa pessoa - André Coelho Lima - e num projeto no qual se revia. Continuou,



11.

referindo que vários autarcas do Partido Social Democrata foram, em vários momentos, assediados para, através da Autarquia, servir o interesse político partidário. Por último, disse que esta é uma prática enraizada e que a discussão da avaliação do estatuto do direito de oposição é uma oportunidade para acabar com a pressão sobre os autarcas. -----

4. Vereador Hugo Ribeiro – Disse considerar que a liberdade declarada pelo Presidente da Câmara está sujeita a alguns condicionalismos. De seguida, leu, em voz alta, um texto que a seguir se transcreve: *“O Presidente da Junta de Ponte não é mais capaz do que os outros Presidentes de Junta. Guimarães tem Presidentes de Junta excecionais a todos os níveis. Aquilo que nós queremos é que os Presidentes de Junta não sejam usados como ferramentas de combate político. Por isso, o nosso objetivo, se um dia essa confiança da população nos for conferida, é dotar as Juntas de autonomia bastante que permita que os seus representantes locais não fiquem na dependência do Município.”* -----

5. Vereador André Coelho Lima – Começou por considerar que a estatura intelectual e moral do Presidente da Câmara o impediria de mudar de partido caso o Partido Social Democrata viesse a ganhar as próximas eleições legislativas. Referindo-se aos autarcas de Ponte e da União de Freguesias de Atães e Rendufe afirmou que os dois lhe haviam dito, por várias vezes, que jamais ponderariam uma mudança de posição, sempre defendendo o projeto no qual estavam inseridos. Continuou, dizendo que, já nesses momentos, sabia o que estava para acontecer e que, com o facto consumado, percebeu que aqueles autarcas iriam ter de conviver com o mérito das obras realizadas perante a população e com o demérito da sua estatura moral. Referiu que a Câmara Municipal de Guimarães é aquela que menos autonomia financeira confere às suas freguesias, exemplificando com os casos dos Municípios de Famalicão e Barcelos, que atribuem o

dobro do valor do Fundo de Financiamento das Freguesias, ou Braga, que atribui 10% do orçamento para as freguesias. Por último, disse acreditar que o Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, humanista convicto, não querará conviver com a submissão dos Presidentes de Junta para que consigam executar obra. -----

6. Presidente da Câmara - Concluindo a discussão, advertiu que se está a tentar reduzir a capacidade que cada um dos Presidentes de Junta tem para exercer o seu grau de liberdade e o seu sentido ético. Esclareceu que o Presidente da Junta de Freguesia de Ponte foi designado como Presidente do Conselho de Administração da VITRUS, não auferindo qualquer compensação financeira pelo exercício desse cargo. Para clarificação do que aconteceu no anterior mandato, comprometeu-se a apresentar, brevemente, aquando da aprovação dos contratos interadministrativos de delegação de competências nas juntas de freguesia, um mapa dos investimentos nas diferentes freguesias, adiantando que, contrariamente ao que é dito, a freguesia de Ponte não consta do topo dos investimentos. Terminou, insistindo que o debate se impunha por querer zelar pelo estatuto elevado que os Presidentes de Junta têm. -----

-----ORDEM DO DIA-----

-----INFORMAÇÕES-----

1. Dos ofícios da Assembleia Municipal, números 13 a 15, datados de 25 de fevereiro de 2019, que comunicam a tomada de conhecimento, em sessão realizada no passado dia 22 de fevereiro, das seguintes propostas: **a)** – “Declarações previstas no art.º 15º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA)”; **b)** – “Listagem dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida”; **c)** – “Relatório de Atividade 2018 e Plano de Atividades 2019 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Guimarães. -----



L.

1.1 Dos ofícios da Assembleia Municipal, números 17 a 56, datado de 25 de fevereiro de 2019, que comunicam a aprovação, em sessão realizada no passado dia 22 de fevereiro, das seguintes propostas: **a)** - “Aprovar o Reconhecimento de Interesse Público do Parque de Lazer Vista Alegre”; **b)** - “Aprovar o Reconhecimento de Interesse Público – Tempo Maravilha, Lda.”; **c)** - “Aprovar o recrutamento para cargos dirigentes – Designação de Júri”; **d)** - Aprovar a Aquisição de Serviços – Energia elétrica para iluminação pública e para diversas instalações pertencentes à Câmara Municipal de Guimarães – Renovação do contrato (Concurso Público nº 7/15)”; **e)** - “Aprovar o fornecimento de energia elétrica para o Município de Guimarães, ao abrigo do Acordo-Quadro de Fornecimento de Eletricidade, celebrado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do AVE - Repartição de encargos”; **f)** - “Aprovar o Contrato programa com a cooperativa de interesse público FRATERNA Centro Comunitário de Solidariedade Social C.I.P.R.L. - 2019 Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto”; **g)** - “Aprovar a Adesão do Município de Guimarães à Associação ProChild Collab”; **h)** - “Aprovar a desafetação do domínio público de parcela de terreno situada no Parque Industrial de Ponte – 2ª Fase”; **i)** - “Aprovar a desafetação do domínio público de parcela de terreno sita no lugar do Assento, freguesia de Infantas”; **j)** - “Aprovar a Freguesia de Ronfe - Delegação de Competências e Subsídio – Retificação - Deliberação de 27 de abril de 2017”; **k)** - “Aprovar a Freguesia de Aldão – Retificação de Subsídio para Delegação de Competências - Obras de Construção de Passeios em Diversas Ruas”; **l)** - “Aprovar a celebração de um contrato de comodato com a Freguesia de Gondar para a cedência da antiga escola EB1 de Calvário”; **m)** - “Aprovar a cedência de um autocarro à Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos”; **n)** - “Aprovar a cedência de um autocarro à Junta de Freguesia de Pinheiro”; **o)** - “Aprovar a atribuição de um apoio às Uniões

de Freguesias de Leitões, Oleiros e Figueiredo e Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar, para a Instalação de Equipamentos de Fitness; **p)** – “Freguesia de Creixomil – Contrato de Atribuição de Subsídio – Ano de 2018 – Primeira Revisão”; **q)** – “Freguesia da Costa – Contrato de Atribuição de Subsídio – Ano de 2017 – Segunda Revisão”; **r)** – “Freguesia da Costa – Contrato de Atribuição de Subsídio – Ano de 2018 – Segunda Revisão”; **s)** – “Freguesia de Infantas – Contrato de Atribuição de Subsídio – Ano de 2018 – Primeira Revisão”; **t)** – “União de Freguesias Cadoso Santiago e Mascotelos – Contrato Atribuição de Subsídio – Ano 2018 – Primeira Revisão”; **u)** – “União das Freguesias de Atães e Rendufe - Contrato de Atribuição de Subsídio – Ano de 2018 – Segunda Revisão”; **v)** – “União de Freguesias de Prazins Santo Tirso, e Corvite – Contrato Atribuição de Subsídio – Ano 2018 – Primeira Revisão”; **w)** – “Freguesia de Ponte – Atribuição de Subsídio – Deliberação de 12/04/2018 - Primeira Revisão”; **x)** – “União das Freguesias de Airão Santa Maria, Airão São João e Vermil – Contrato de Atribuição de Subsídio – Ano de 2018 – Primeira Revisão”; **y)** – “União das Freguesias de Souto Santa Maria, Souto São Salvador e Gondomar – Contrato de atribuição de subsídio – Ano de 2018 – Primeira Revisão”; **z)** – “Freguesia de Caldelas - Vila das Taipas, Vila Natal 2018 - atribuição de subsídio”; **aa)** – **“Freguesia de Azurém - Continuidade do projeto social "Oficina das Letras" 13 de março de 2019 a 12 de março de 2020”**; **bb)** - Freguesia de Ronfe - Continuidade do Projeto Social Intervenção Local: Promoção da Qualidade de Vida de 13 de março de 2019 a 12 de março de 2020”; **cc)** – “Freguesia de Infantas - Continuidade do Projeto Social CONSIGO: Equipamentos Adaptativos e Acompanhamento de Proximidade de 13 de março de 2019 a 12 de março de 2020”; **dd)** – “Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências nas Freguesias para Limpeza das Vias e Espaços Públicos, Sarjetas e Sumidouros e de Realização de Pequenas Reparações nos



11.

Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico – 2019”; **ee)** – “Freguesia de Silves - Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Deliberação de 31 de outubro de 2018 – Primeira Revisão”; **ff)** – “Freguesia de Serzedelo - Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Ano de 2018 – Primeira Revisão”; **gg)** – “União das Freguesias de Prazins Santo Tirso e Corvite - Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Ano de 2017 – Segunda Revisão”; **hh)** – “Freguesia de Ponte – Delegação de Competências - Conclusão da Requalificação do Largo Comendador Manuel Gonçalves, em Campelos, e alargamento da rua Reitor Joaquim Augusto Maciel Ribeiro Torres – deliberação de 12/04/2018 - Primeira Revisão”; **ii)** – “Freguesia de Urgezes - Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Ano de 2017 – Segunda Revisão”; **jj)** – “União das Freguesias de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar - Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Ano de 2018 – Primeira Revisão”; **kk)** – “Delegação de Competências nas Freguesias de Lordelo e Selho S. Cristóvão para Gestão de Instalações Desportivas”; **ll)** – “Alteração de Trânsito na Freguesia de Fermentões”; **mm)** – “Alteração de Trânsito na Rua 1.º de Maio - Freguesia de Silves”; **nn)** – “Eleger o representante da Assembleia Municipal de Guimarães para integrar a Comissão Consultiva da Segunda Revisão do PDM”. -----

2. Do relatório relativo aos apoios concedidos em 2018 ao abrigo do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

3. Do relatório dos apoios concedidos em 2018 ao abrigo do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

4. Da seguinte informação dos serviços do Departamento de Obras Municipais: “1. Atenta a necessidade de executar a obra de **Conservação corrente do pavimento das vias do concelho de Guimarães - 2019**, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar, fundamentada em informação datada de 21/2/2019 com despacho do Sr. Presidente da Câmara de 25/2/2019. 2. Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder €348.105,83 + IVA, a satisfazer pela dotação 3.3.1.1.02 do Plano Plurianual de Investimentos. 3. Para cumprimento do nº7 do artigo 17º e nº3 do artigo 47º do CCP, fundamenta-se a fixação do valor estimado do contrato conforme informação prestada em 21/2/2019. 4. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adoção de um concurso público, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. 5. De acordo com o n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP, é designado a técnica Ana Margarida Tavares Pereira como gestor do contrato para o presente procedimento. 6. Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €348.105,83 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 365 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; 7. Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos - a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe da divisão de empreitadas; b) Vogal — José Miguel Silva Fernandes - Técnico Superior da divisão de empreitadas; c) Vogal — Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe da divisão jurídica; Suplentes - a) Vogal: Ana Teresa Oliveira - Técnica Superior da divisão de



fu

empreitadas; b) Vogal: Gilberto Fortunato Costa Fernandes - Técnico Superior da divisão de empreitadas." -----

5. Da seguinte informação dos serviços do Departamento de Obras Municipais: "1. Atenta a necessidade de executar a obra de: **Construção de muro de contenção no Lugar do Monte - Gondar**, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar, fundamentada na informação de 13/2/2019 da proteção civil com despacho do sr. Presidente na mesma data. 2. Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder €181.169,00 + IVA, correspondendo à dotação 3.3.1.1.02 do Plano Plurianual de Investimentos. 3. Para cumprimento do nº7 do artigo 17º e nº3 do artigo 47º do CCP, fundamenta-se a fixação do valor estimado do contrato em informação prestada pelos projetistas, datada de 6/2/2019. 4. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e na medida do estritamento necessário e por motivos imperiosos resultante da queda do muro de suporte existente, situação que apresenta perigo de derrocada colocando em perigo as infraestruturas contíguas, a via superior, bem como a ocorrência de um acidente grave junto da população/empresas, propõe-se a adoção de um procedimento por ajuste direto, ao abrigo da alínea c) do nº1 do artigo 24º do CCP. 5. Para cumprimento do nº1 do artigo 290º-A do CCP, é designado como Gestor do Contrato João Ricardo de Carvalho Pacheco. 5. Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca o Caderno de Encargos com: Fixação do Preço base em €181.169,00 + IVA. Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 90 dias; Opção pelo critério de adjudicação do mais baixo preço. 6. Relativamente à tramitação procedimental, e de acordo com o despacho datado de 21/2/2019 do Presidente da Câmara, Dr. Domingos Bragança, é

convidada a entidade Terraplanagens Falcão, Lda. -----

6. Do ofício da VIMÁGUA remetendo, para conhecimento e em cumprimento das disposições dos Estatutos da VIMÁGUA e do regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das participações locais, aprovado pela lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o Relatório e Contas de 2018, aprovado em Assembleia Geral realizada no passado dia 13 de março. -----

7. Do ofício da VITRUS AMBIENTE, EM, SA remetendo, para conhecimento, o Relatório e Contas de 2018. -----

8. Do ofício da empresa CASFIG, EM, UNIPessoal, LDA., remetendo, para conhecimento, o Relatório de Gestão e Demonstração Económico-Financeira do ano de 2018, aprovado pelo Conselho de Gestão em sua reunião extraordinária de 12 de março de 2019 e pela Assembleia Geral em 14 de março de 2019. -----

9. Do ofício da Cooperativa Tempo Livre remetendo, para conhecimento, o Relatório de Atividades e Conta de Gerência de 2018, aprovado em sessão da Assembleia Geral de Cooperantes, realizada no passado dia 12 de março.

10. Do ofício da Cooperativa Taipas Turitermas remetendo, para conhecimento, o Relatório e Contas do Exercício de 2018, aprovado pela Assembleia Geral em sua reunião realizada no passado dia 15 de março. ----

11. Do ofício da Turipenha – Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL, remetendo, para conhecimento, o Relatório e Contas 2018, aprovado pela Assembleia Geral em reunião realizada no passado dia 12 de março. ----

12. Do ofício da Cooperativa A Oficina remetendo, para conhecimento, o Relatório e Contas 2018, aprovado em reunião da Assembleia Geral realizada no passado dia 15 de março. -----

13. Do ofício da Cooperativa Fraterna remetendo, para conhecimento, o Relatório e Contas 2018, aprovado em reunião da Assembleia Geral realizada no passado dia 14 de março. -----



-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2019. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **O Vereador Ricardo Araújo não participou na discussão e na votação da ata por não ter estado presente na reunião.** -----

CÂMARA – PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DA SUSPENSÃO DE MANDATO POR 90 DIAS DA VEREADORA MARIA HELENA TEIXEIRA DE BRAGANÇA BORGES SOEIRO – Presente o seguinte requerimento apresentado pela Vereadora Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro: “Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, na qualidade de eleita para a Câmara Municipal de Guimarães para o mandato de 2017-2021 pela lista da Coligação Juntos Por Guimarães, em representação do partido político PSD, vem, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do art.º 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, solicitar a prorrogação da suspensão do seu mandato pelo período de 90 dias contados a partir do dia 18 de março de 2019, inclusive, por motivos relacionados com a sua atividade profissional que a poderão obrigar a ausentar-se por período superior a 30 dias, enquadrando-se, assim, o motivo deste pedido no n.º 3, alínea c), do referido art.º 77.º.” **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE, APROVAR.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE PONTE – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 31 DE JANEIRO DE 2019 – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal, em sessão realizada em 22 de fevereiro de 2019, sancionou a deliberação da Câmara Municipal aprovada em 31 de janeiro de 2019, que aprovou a primeira revisão ao Contrato de Atribuição de Subsídio e a celebração de um contrato interadministrativo de Delegação de

Competências com a Freguesia de Ponte, para a construção de novos acessos ao Centro Escolar de Ponte, a construção de um parque de fitness, construção do estaleiro para a Junta no parque industrial, requalificação da Fonte Libra e acessos na rua do Cantinho, alargamento da rua Subdevesa, construção e requalificação de passeios da rua Emílio Castelar Guimarães (Campelos), requalificação da futura casa da música e requalificação interior e exterior do edifício da sede da junta, com a transferência de uma verba no valor de €39.460,30. No entanto, verificou-se uma inexatidão no último parágrafo da proposta, pelo que submete-se à Câmara Municipal e, posteriormente, à Assembleia Municipal, a retificação da redação daquele último parágrafo, que passaria a ter o seguinte teor: “Assim, submete-se à Câmara Municipal e, posteriormente, à Assembleia Municipal, a alteração das deliberações acima identificadas, propondo-se que, nos termos do disposto na alínea m) do nº 1 do art.º 33º e da alínea k) do nº 1 do art.º 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovada a atribuição de uma verba à Freguesia de Ponte, no valor de €11.692,16 para a construção de novos acessos ao Centro Escolar de Ponte, mediante a celebração de um **Contrato de Delegação de Competências**, e, nos termos da alínea j) do nº 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal, seja aprovada a atribuição de um subsídio à mesma Freguesia no valor de €27.768,14, para a requalificação da Fonte Libra e acessos na rua do Cantinho, alargamento, construção de passeios e rede drenagem de águas pluviais na rua da Subdevesa, construção e requalificação de passeios da rua Emílio Castelar Guimarães (Campelos), requalificação da futura casa da música e requalificação interior e exterior do edifício da sede da junta, mediante a celebração de um **Contrato de Atribuição de Subsídio**, a terminar em 31 de dezembro de 2019.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----



L1

R

URBANISMO – RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO (PARA A MATERIALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA VIÁRIA DE LIGAÇÃO DAS ROTUNDAS DO REBOTO E MOURIL) – INSTRUÇÃO DE PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE SOLO CLASSIFICADO COMO RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL E RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL – Presente a seguinte informação: “Refere-se a presente informação técnica ao pedido de reconhecimento de interesse público – apresentado pela divisão de estudos e projetos – para a concretização da via de ligação das rotundas do reboto e mouril, freguesias de Candoso S. Martinho e Silves, de modo a instruir processos de autorização de ocupação de solo classificado como reserva ecológica nacional (REN) e reserva agrícola nacional (RAN) a apresentar às respetivas entidades tutelares. A via em causa reporta-se a uma infraestrutura viária que ligará as rotundas existentes do reboto e mouril, favorecendo a constituição de uma alternativa à atual realidade viária que apresenta constrangimentos físicos evidentes e desempenho viário muito condicionado. A mesma via afigura-se potenciar a mitigação | eliminação de problemas viários hoje observados, nomeadamente na acessibilidade à denominada cidade desportiva e complexo hospitalar a partir do quadrante poente da veiga de Creixomil, ou seja, a partir do nó de acesso à autoestrada. A mesma via apresenta-se, assim, como uma infraestrutura viária que favorecerá: 1. A eliminação de constrangimentos viários hoje existentes, nomeadamente no troço de ligação à “estrada de Pevidém”; 2. Criação de uma ligação mais rápida e desimpedida da autoestrada à denominada veiga de Creixomil (e vice-versa), nomeadamente seus complexos desportivo e hospitalar; 3. Acomodação de vários modos de mobilidade – viário, ciclável e pedonal; 4. delimitação do solo urbano relativamente à presente veiga de Creixomil, ajudando à legibilidade e clareza territorial do respetivo uso e ocupação. Assim, e

correspondendo à concretização de uma infraestrutura viária há algum tempo identificada como necessária e útil, do ponto de vista urbanístico, julga-se poder reconhecer interesse público na intervenção preconizada. Tratando-se do envolvimento de área classificada como RAN e REN, e verificando-se desenvolvimento positivo no reconhecimento do interesse público da via em causa, o mesmo interesse público carece de deliberação dos órgãos executivo e deliberativo do município.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

REGULAMENTOS – REGULAMENTO MUNICIPAL - INÍCIO DE PROCEDIMENTO PARA APROVAÇÃO DE UM REGULAMENTO MUNICIPAL QUE CRIA UMA TAXA MUNICIPAL TURÍSTICA NO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta: “Os serviços do Departamento de Cultura e Turismo pretendem dar início ao procedimento tendente à aprovação de um Regulamento Municipal que crie e estabeleça a Taxa Municipal Turística no município de Guimarães. Para esse efeito, e nos termos dos art.ºs 97.º a 101.º (quanto ao procedimentos de elaboração), e art.ºs 139.º a 144.º (quanto à eficácia dos regulamentos) do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, deve ser submetida uma proposta a reunião de Câmara, para que esta delibere a abertura do procedimento tendente à aprovação daquele Regulamento, para posterior aprovação pelos órgãos do Município. A publicitação da iniciativa procedimental será efetuada no sítio institucional do Município, sendo que os interessados deverão constituir-se como tal, no procedimento, no prazo 10 dias úteis, a contar da data da publicitação de aviso no “site” deste Município, com vista a apresentar os seus contributos para a elaboração do mencionado Regulamento. A apresentação dos contributos para a elaboração do Regulamento deve ser



formalizada por escrito em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara.” **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores André coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes, Ricardo Araújo e Hugo Ribeiro. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES ESCOLARES DE ALUNOS DO 1.º CEB – ANO LETIVO 2019/2020 – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – Presente a seguinte informação: “No âmbito da abertura do procedimento por concurso público para a aquisição de serviços de transportes escolares para o período letivo 2019/2020, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a prévia autorização para a repartição dos encargos bem como a autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, até um valor máximo de €368.500,0 (trezentos e sessenta e oito mil e quinhentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, da seguinte forma: **Ano 2019 (setembro a dezembro) - €134.505,00 + IVA; Ano 2020 (janeiro a julho) - €233.782,50 + IVA.** A despesa enquadra-se na rubrica orçamental com a classificação económica 02.02.10 da ação do plano 2.1.2.57 - transportes escolares, do orçamento em vigor, com a proposta de cabimento nº 1643 de 19 de março de 2019.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR EM CARREIRA PÚBLICA - ANO LETIVO 2019/2020 (CONTRATAÇÃO EXCLUÍDA NOS TERMOS DO Nº 1, ARTIGO 5º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS) – Presente a seguinte informação: “**1. Objeto:** Aquisição de serviços de transporte escolar em carreira pública dos alunos matriculados nos ensinos básico e secundário. **2. Considerandos:** a. Por deliberação de Câmara de 28

de fevereiro de 2019, foi aprovado o Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2019/2020. Por forma a dar execução àquele Plano, é agora necessário dar início aos procedimentos respetivos; b. A presente informação diz respeito à aquisição de serviços de transporte de alunos em carreira pública. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que a Câmara Municipal autorize a celebração dos contratos de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a. O objeto dos contratos é a aquisição de serviço de transporte escolar em carreira pública, sendo, para o efeito, contratadas as empresas de transporte coletivo Arriva Portugal, Transportes Lda., Transdev Norte, SA; REDM – Rodoviária Entre D'Ouro e Minho; Auto-Viação Landim, Lda.; Transurbanos de Guimarães – Transportes Públicos Lda., por se tratar de circuitos em que as entidades operam em regime de exclusividade, conforme documentos em anexo. b. A despesa anual estima-se em €1.567.750,09 (um milhão quinhentos e sessenta e sete mil setecentos e cinquenta euros e nove cêntimos), à qual acresce IVA à taxa legal em vigor, e repartida da seguinte forma: -----

Setembro a dezembro de 2019

Empresa	Ensino Básico			Ensino	Total
	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Secundário	
Arriva	€558,49	€62.269,81	€122.605,66	€52.644,34	€238.078,30
TUG	€1.901,13	€38.791,32	€58.872,08	€57.962,26	€157.526,79
Auto-Viação Landim	€762,26	€9339,62	€13.483,02	€4.143,40	€27.728,30
Transdev	€452,83	€29.105,66	€56.935,28	€31.303,40	€117.797,17
REDM	€603,77	€9.615,09	€14.264,15	€4.477,36	€28.960,38

Janeiro a julho de 2020

Empresa	Ensino Básico			Ensino	Total
	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Secundário	
Arriva	€977,36	€108.972,17	€214.559,91	€92.127,59	€416.637,03
TUG	€3.326,98	€67.884,81	€103.026,13	€101.433,96	€275.671,89



L1.

YH

Auto-Viação	€1.333,96	€16.344,34	€23.595,28	€7.250,94	€48.524,53
Landim					
Transdev	€792,45	€50.934,91	€99.636,75	€54.780,94	€206.145,05
REDM	€1.056,60	€16.826,42	€24.962,26	€7.835,38	€50.680,66

a. A despesa produz efeitos em dois anos económicos, pelo que deverá a repartição de encargos ser submetida a aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e do art.º 24º do Regulamento de Execução Orçamental de 2019. b. A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 2.1.2.57 do ano 2019, pelo que é necessário instruir o processo com os documentos de cabimento e compromisso para ulterior aprovação dos órgãos competentes. c. Nos termos do n.º 1, do art.º 5.º do CCP não há lugar a procedimento de formação de contrato (procedimento concursal) por se tratar de contratação excluída, na medida em que o preço unitário dos títulos de transporte são fixados anualmente por despacho dos Gabinetes dos Secretários de Estado do Tesouro, das Infraestruturas e Adjunto e do Ambiente e pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P (Despacho Normativo n.º 21-A/2017, de 11 de dezembro, e Portaria n.º 298/2018, de 19 de novembro. d. Por fim, informa-se que se encontra cumprido o requisito previsto na al. b) do n.º 1 do art.º 63.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, diploma que aprovou o Orçamento de Estado para 2019, uma vez que os valores que se prevê gastar em 2019 não são superiores aos valores gastos em 2018." Os cadernos de encargos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE EM CARREIRA PÚBLICA DOS ALUNOS DO 3º CICLO DA EB 2,3

DAS TAIPAS – Presente a seguinte informação: “Presente a seguinte informação: “**1. Objeto:** Aquisição de serviços de transporte escolar em carreira pública dos alunos matriculados no 3º ciclo do ensino básico da EB2,3 das Taipas. **2. Considerandos:** a) Por deliberação de Câmara de 8 de março de 2018, foi aprovada a aquisição de serviços de transporte em carreira pública à empresa REDM, tendo sido estimada para o ano letivo 2018/2019 uma despesa com o transporte dos alunos do 3º ciclo da EB2,3 das Taipas no valor de €58. 842,86, no pressuposto de que estes, no início do corrente ano letivo, seriam reintegrados naquele estabelecimento de ensino. b) A integração dos alunos não ocorreu na data prevista, tendo sido, por isso, necessário continuar a assegurar o transporte dos alunos deslocados para escolas básicas do 1º ciclo das freguesias de Sande S. Martinho e Sande S. Lourenço, onde funcionam as instalações provisórias da EB2,3, pelo que a verba cabimentada revelou-se insuficiente para fazer face às despesas no período de março a junho. **2. Proposta:** Submete-se à consideração superior que a Câmara Municipal autorize a celebração de contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a aquisição de serviço de transporte escolar em carreira pública para os alunos do 3º ciclo da EB2,3 das Taipas, no período de março a junho, sendo, para o efeito, contratada a empresa de transporte coletivo REDM – RODOVIÁRIA D’ENTRE DOURO E MINHO. b) A despesa estima-se em €42.430,19 (quarenta e dois mil quatrocentos e trinta euros e dezanove cêntimos), à qual acresce IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 2.1.2.57 (referente a transportes escolares) do ano de 2019, pelo que é necessário instruir o processo com os documentos de cabimento e compromisso para ulterior aprovação em reunião de Câmara. d) Nos termos do nº 1, do artigo 5º do CCP não há lugar a procedimento de formação de contrato (procedimento concursal) por se



11.

tratar de contratação excluída, na medida em que o preço unitário dos títulos de transporte são fixados anualmente por despacho dos Gabinetes de Estado do Tesouro, das Infraestruturas e Adjunto e do Ambiente e pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I P (Despacho Normativo nº 21-A/2017, de 11 de setembro e Portaria nº 298/2018, de 19 de novembro).” O mapa de circuito e itinerários dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DOAÇÕES – OFERTA DE PUBLICAÇÕES À BIBLIOTECA, DURANTE O ANO DE 2018 – Presente a seguinte proposta: “Para os devidos efeitos, remete-se à Reunião de Câmara a aceitação de 454 publicações oferecidas à Biblioteca Municipal, por várias entidades, durante o ano 2018, constantes da listagem em anexo. Informa-se que às ofertas referidas foram atribuídos os seguintes valores: Livro €20,00, DVD €15,00, CD €15,00. **2018 - 444 livros, 8 DVD’s e 2 CD’s; valor estimado (tendo por referência o valor de mercado) - €9.030,00.**” A referida listagem dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

RECURSOS HUMANOS – RECRUTAMENTO DE ASSISTENTES OPERACIONAIS, POR TEMPO INDETERMINADO, PARA OS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E ENSINO – Presente a seguinte proposta: “De acordo com informação datada de 8 de março último da Divisão de Educação, conclui-se ser necessário, no quadro atual de competências do município em matéria de pessoal não docente, proceder ao recrutamento de assistentes operacionais para os agrupamentos de escolas do concelho, por tempo indeterminado, de modo a responder ao apoio na componente letiva e na componente de apoio à família na educação pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico. O número de postos atualmente previstos no mapa de

pessoal na carreira e categoria de assistente operacional nesta área funcional de apoio educativo é de nove, correspondentes a postos que foram libertados, por cessação definitiva de funções dos respetivos titulares, desde o início do corrente ano. Nos termos do disposto no artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, o recrutamento é precedido de aprovação do órgão executivo. Salienta-se que, de acordo com o disposto no artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, deste procedimento resultará reserva de recrutamento interna, que será utilizada sempre que, no prazo de 18 meses contados da data da homologação da respetiva lista de ordenação final, haja necessidade de ocupação de idênticos postos de trabalho. Submete-se, assim, a aprovação da Câmara Municipal, ao abrigo das normas citadas, a autorização para a promoção de procedimento concursal para recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, **de nove assistentes operacionais** para a Divisão de Educação, para afetação aos estabelecimentos de educação e ensino. A correspondente despesa está cabimentada através do cabimento n.º 324/2019.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

RECURSOS HUMANOS – PROCEDIMENTO DISCIPLINAR Nº 2/2018 –

Presente a seguinte proposta: “No âmbito do procedimento disciplinar acima identificado, instaurado por despacho de 20 de fevereiro de 2018, submete-se à aprovação da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no nº 4 do artigo 197º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho, a aplicação da pena proposta pela instrutora no respetivo relatório final.” O Relatório Final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO,**



1.

[Handwritten signature]

POR ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE, APROVAR APLICANDO A SANÇÃO DISCIPLINAR ÚNICA DE DESPEDIMENTO DISCIPLINAR. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA O ANO DE 2019 – Presente a seguinte proposta: “Considerando a receção do mapa com a previsão dos custos a serem imputados ao Município de Guimarães, aprovado na reunião do Conselho Diretivo da Associação de Municípios do Vale do Ave para o ano de 2019, bem como as participações dos Municípios no orçamento da AMAVE – 2019. Submete-se à aprovação do executivo camarário a transferência da verba, para o ano de 2019, de €148.135,92, correspondendo o valor de €85.512,86 a custos com pessoal e €62.623,06 a custos de funcionamento. Junto se anexa o quadro dos custos imputados.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor a Vice-Presidente, Adelina Paula Pinto, e os Vereadores Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes, Ricardo Araújo e Hugo Ribeiro, tendo a Vice-Presidente da Câmara usado o voto de qualidade após se ter repetido a votação por se ter verificado empate na primeira votação. -----

O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade. A Vice-Presidente da Câmara assumiu a presidência da reunião na discussão e votação da proposta. -----

TRÂNSITO – ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA RUA DA BATOCA, FREGUESIA DE CANDOSO (SÃO MARTINHO) – Presente a seguinte proposta: “Pela presente se submete à apreciação Camarária a alteração ao trânsito na freguesia de Candoso (São Martinho), conforme postura em anexo,

aprovada pela Junta e Assembleia de Freguesia. A proposta visa ultrapassar os constrangimentos associados ao seu reduzido perfil transversal.” A postura com a alteração ao trânsito e as deliberações dos órgãos executivo e deliberativo da freguesia dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

EDUCAÇÃO - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ESCOLA SECUNDÁRIA DAS TAIPAS

– Presente a seguinte proposta: “Como é do conhecimento superior, foi deliberado em reunião de Câmara de 16 de novembro de 2017, a celebração de um protocolo de colaboração com a Escola Secundária das Taipas, destinado ao acolhimento temporário dos alunos do 5.º e 6.º anos de escolaridade enquanto decorressem as obras de requalificação do edifício escolar da EB2,3 das Taipas. Contudo, dado que as obras naquele edifício escolar se prolongaram para além de junho de 2018, os alunos do 2.º ciclo do ensino básico tiveram necessidade de permanecer no corrente ano letivo nas instalações cedidas por aquela escola secundária. Perante o exposto e considerando que: as condições para o pleno funcionamento da atividade letiva no novo edifício escolar não estão ainda reunidas; a cedência dos espaços está a representar para a Escola Secundária das Taipas um aumento substancial da despesa corrente, nomeadamente com consumíveis de limpeza, comunicações e manutenção de equipamentos didáticos (computadores, projetores multimédia) e de apoio geral (máquinas vending, elevador); a autarquia acordou a atribuição de uma comparticipação financeira mensal no valor de €750,00, destinada a apoiar o aumento das despesas de funcionamento pelo uso das instalações a afetar ao funcionamento diário das atividades letivas, enquanto se mantivesse a necessidade de utilização das mesmas, propomos, nos termos da alínea r), do número 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja



L1.

fr

dados despacho de autorização de cabimento e compromisso para a atribuição de um apoio financeiro, no valor de €7.500 destinado a compartilhar as despesas de funcionamento até junho de 2019, a ser pago em 4 tranches mensais. Mais informamos que o gestor do contrato é Helena Pinto, Chefe de divisão de Educação.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – ESCOLA SECUNDÁRIA DE CALDAS DAS TAIPAS - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Escola Secundária de Caldas das Taipas solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos alunos no dia 1 de junho, a Melgaço. Considerando que, se trata uma deslocação no âmbito de uma visita de estudo e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 19 de março de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE BRITEIROS - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O Agrupamento de Escolas de Briteiros solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte de alunos e professores, no dia 21 de março, à Póvoa de Lanhoso. Considerando que se trata de uma deslocação no âmbito de uma visita de estudo e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 20 de março de 2019 foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se a ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS SANTOS SIMÕES - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O Agrupamento de Escolas Santos Simões solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte de alunos no dia 3 de abril, à Câmara Municipal de Guimarães. Considerando que, se trata de uma deslocação no âmbito da receção do município aos alunos participantes do Projeto Erasmus+ e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 18 de março de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA ESCOLA JOÃO DE MEIRA - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Associação de Pais da Escola João de Meira solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos alunos, no dia 3 de abril ao Porto e Braga e no dia 11 de abril a Esposende. Considerando que se tratam de visitas de estudo no âmbito do programa de férias da Páscoa e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, por despacho datado 16 de março de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de ajudas de custo ao motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – SUBSÍDIO PARA COMPARTICIPAÇÃO EM OBRAS DE MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE – Presente a seguinte proposta: “Foi entregue na Divisão de Ação Social uma candidatura para



L.

[Handwritten signature]

apoio na realização de obras de melhoria das condições de habitabilidade, designadamente para aplicação de caleiro, de rufos laterais, para limpeza do telhado e caleiros e pintura de paredes. Após análise desta candidatura e consequente estudo efetuado pelos nossos serviços, apresentam-se de seguida os dados da caracterização socioeconómica do agregado familiar, bem como o valor da comparticipação a atribuir para as obras requeridas: --

Processo	Freguesia	Rend. (€) P/Capita	Comparticipação	Subsídio a Atribuir
132142562/18	Costa	154,51	100%	€5.194,00

Tendo sido comprovada a precariedade económica do agregado familiar, bem como as restantes condições previstas no Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, que se enquadram no consignado no artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, submete-se para aprovação a atribuição de um subsídio à proprietária, no valor de €5.194,00 (cinco mil cento e noventa e quatro euros) ao abrigo da alínea f) do art.º 2.º do referido Regulamento.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS: ARCA FRIGORIFICA, ESQUENTADOR E FOGÃO –

Presente a seguinte proposta: “Foram rececionadas na Divisão de Ação Social três candidaturas para apoio na aquisição de eletrodomésticos. Após análise das candidaturas e subsequente estudos efetuados pelos nossos serviços apresentam-se de seguida os dados da caracterização socioeconómica dos agregados familiares, bem como o valor respetivo da comparticipação a atribuir: -----

Nº Processo	Freguesia	Rend. P/ Capita	Subsídio a atribuir
210892480/19	Rendufe	€209,78	€169,90
220782164/19	Azurém	€99,09	€443,76
147601835/19	S. Torcato	€316,28	€303,90

Assim, submete-se para aprovação, ao abrigo da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, que se enquadra no consignado na alínea v) do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a concessão deste subsídio aos requerentes, num valor total de **€917,56** (novecentos e dezassete euros e cinquenta e seis cêntimos).” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** --

CULTURA – APOIO À ATIVIDADE EDITORIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS –

Presente a seguinte proposta: “O júri constituído nos termos do Regulamento de Apoio à Atividade Editorial propõe à Câmara Municipal a atribuição dos seguintes apoios, referentes às candidaturas apresentadas nos anos 2017 e 2018: **A. APOIO A PROJETOS DE EDIÇÃO (Art. 5º)** - Autor: Maria Teresa de Macedo Martins - Obra a editar: Guimarães - Tesouros Clandestinos - Custo unitário: €13,00 - Proposta: Aquisição de 70 livros - Apoio a conceder: €910,00; **B. AQUISIÇÃO (Art. 6º)** - Autor: Paulo Santos - Obra a adquirir: Cuscas no Castelo de Guimarães - Preço unitário: €10,00 - Proposta: Aquisição de 50 livros - Apoio a conceder: €500,00; Autor: Cristina Eduarda Gonçalves Araújo - Obra a editar: Criaturas do Planeta Azul - Custo unitário: €14,90 - Proposta: Aquisição de 75 livros - Apoio a conceder: €1.117,50. **Total dos apoios: €2.527,50.** Proponho que a Câmara Municipal ratifique a proposta do júri, aprovando a atribuição dos apoios referidos.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS SANTOS SIMÕES (XXIII ENCONTRO DE ANTIGOS ALUNOS DA ESCOLA SECUNDÁRIA DA VEIGA) – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “Presente um ofício do Agrupamento de Escolas Santos Simões anunciando a realização do XXIII Encontro de Antigos Alunos da Escola Secundária da Veiga, que aquele Agrupamento organiza em conjunto com um grupo de antigos alunos. Este evento anual, a decorrer em 11 de maio próximo, constará,



este ano, de um conjunto muito diversificado de atividades a decorrer na escola-sede do Agrupamento e noutros espaços do concelho. Contudo, os promotores deste encontro não dispõem dos meios financeiros que lhes permitam fazer face aos encargos de produção do programa geral, razão pela qual solicitam um apoio financeiro por parte da Câmara Municipal. Assim, considerando o inequívoco interesse de que se revestem as reuniões de antigos alunos, tanto pelo programa cultural que lhe está associado como pelo fortalecimento das relações identitárias com uma escola muito marcante na memória coletiva de muitos Vimaraneses, proponho, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a atribuição, ao Agrupamento de Escolas Santos Simões, de um subsídio de €3.000,00, destinado a compartilhar nos custos de organização do XXIII Encontro de Antigos Alunos da Escola Secundária da Veiga, em 11 de maio de 2019."

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA – ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, SOCIAL, CULTURAL E RECREATIVA DE MESÃO FRIO – OFERTA DE BANDEIRA – Presente a seguinte proposta:

"Vem a Associação Desportiva, Social, Cultural e Recreativa de Mesão Frio solicitar a cedência de uma bandeira do Município destinada a ser hasteada na respetiva sede. Informa-se que existem nos Serviços bandeiras do Município disponíveis para este efeito, cujo custo atual se estima em 88,00€ cada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Nesta conformidade, proponho a oferta de uma bandeira do Município à Associação supra identificada."

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA – ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA DA MARCHA GUALTERIANA - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: "A Associação Artística da Marcha Gualteriana solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte

dos obreiros no dia 6 de abril, a Matamá. Considerando que se trata de uma deslocação no âmbito da confraternização anual dos seus obreiros e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, por despacho datado de 19 de março de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de trabalho extraordinário ao motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

CULTURA – CASA DA MEMÓRIA - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –

Presente a seguinte proposta: “A Casa da Memória solicitou a colaboração do município através da cedência de autocarro para efetuar o transporte dos participantes na atividade “Caminhos em Volta”, nos dias 15 de junho, 20 de julho, 14 de setembro e 12 de outubro. Considerando que se tratam de deslocações que incluem incursões pelos locais de relevante interesse turístico e cultural do nosso concelho e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 16 de março de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de trabalho extraordinário ao motorista.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA – CASA DO POVO DE SERZEDELO - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE

AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Casa do Povo de Serzedelo solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte das crianças no dia 12 de abril, a Aveiro. Assim, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por meu despacho datado de 19



L.

[Handwritten signature]

de abril de 2019, deferi o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de ajudas de custo ao motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – CONGRESSO DA MORTE – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “Realizou-se, em Guimarães, entre os dias 21 e 24 de fevereiro último, o Congresso Internacional “A Morte: Leituras da Humana Condição”, organizado pelo Instituto de Estudos Avançados em Catolicismo & Globalização (IEAC-GO), em parceria com a Câmara Municipal de Guimarães, que teve como objetivo reunir as diversas ciências e as organizações que trabalham de perto com esta realidade e afins, para abordarem a temática com rigor científico, tendo concitado mais de 100 comunicações, 11 áreas temáticas, representantes de 5 nacionalidades e 4 momentos culturais. O programa dirigido aos congressistas contou com os eventos programados para o Centro Cultural Vila Flor e com visitas à cidade tendo havido necessidade de recorrer a um autocarro do Município, o que implicou a realização de trabalho extraordinário com um custo estimado de €40,00, cujo pagamento proponho seja autorizado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

DESPORTO – GUIMAGYM – CLUBE DE GINÁSTICA DE GUIMARÃES - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O GUIMAGYM – Clube de Ginástica de Guimarães solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte de atletas e restante comitiva no dia 23 de março, a Anadia. Considerando que se trata de uma deslocação que visa a participação dos atletas numa prova nacional de ginástica artística e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 21

de março de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DESPORTO – CLUBE DESPORTIVO DE PONTE - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE

AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O Clube Desportivo de Ponte solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte da equipa sénior, no dia 24 de março, a Arco de Baúlhe. Considerando que se trata de uma deslocação que visa a participação da equipa sénior na 24ª jornada da Divisão de Honra da Associação de Futebol de Braga e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 14 de março de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DESPORTO - CART – CENTRO DE ATIVIDADES RECREATIVAS TAIPENSE -

PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O CART – Centro de Atividades Recreativas Taipense solicitou, a colaboração do município através da cedência de autocarro, para efetuar o transporte da equipa de cadetes de voleibol feminino, nos dias 7 e 25 de abril e 5 de maio, a Lousã, Esmoriz e Cernache. Considerando que se tratam de deslocações que visam a participação da equipa em jogos do campeonato nacional da modalidade e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 21 de março de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO**



L1

pu

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DESPORTO – CLUBE DESPORTIVO DE PONTE - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O Clube Desportivo de Ponte solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte da equipa sénior, no dia 20 de abril, a Roriz - Barcelos. Considerando que se trata de uma deslocação que visa a participação da equipa nos quartos de final da Taça da Associação de Futebol de Braga e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 21 de março de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DIVERSOS – PART – PROGRAMA DE APOIO À REDUÇÃO TARIFÁRIA NOS TRANSPORTES PÚBLICOS – DESPACHO N.º 1234-A/2019 – Presente a seguinte proposta: “O Governo assumiu em 2016, na COP 22 em Marraquexe, o objetivo de atingir a neutralidade carbónica até ao final da primeira metade deste século, como sinal do seu compromisso e empenho no cumprimento do Acordo de Paris. Neste âmbito constatou uma escassez de financiamento do sistema de transporte público, pelo que a Lei do Orçamento de Estado (LOE) para 2019 prevê o financiamento do Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART) – Despacho n.º 1234-A/2019. Como tal, no passado dia 4 de fevereiro foi publicado um despacho conjunto dos Gabinetes dos Secretários e Estado do Orçamento e Adjunto e da Mobilidade, que consignou 104 milhões de euros do Fundo Ambiental para o referido programa. Com base no número de pessoas que utiliza o transporte público, ponderado pelo tempo médio de deslocação no mesmo, de acordo com os dados apurados nos Censos de

2011, e por um fator de complexidade estabelecido, o referido Despacho promove a distribuição do valor pelas áreas metropolitanas e pelas comunidades intermunicipais, cabendo à CIM do Ave a dotação de €1.351.933. O acesso ao financiamento do PART está sujeito a uma comparticipação mínima dos municípios que integram a CIM, estabelecendo para 2019, conforme previsto na LOE de 2019, 2,5% da verba, sendo expectável que esta comparticipação venha a ser sucessivamente agravada nos anos subsequentes. Coube à CIM do Ave proceder à repartição da dotação pelas autoridades de transporte existentes no seu território, e aos Municípios a determinação das ações de apoio à redução tarifária nos transportes públicos coletivos, com uma parcela não inferior a 60% da verba alocada, e o remanescente (até 40%) no aumento da oferta do serviço e na extensão da rede. O referido Despacho determina ainda que as verbas destinadas a apoiar a redução tarifária não podem ser usadas para compensar descontos existentes à data de publicação do referido despacho, conferidos pelas autoridades de transporte ou operadores, consignando uma ou mais das seguintes tipologias para a sua consubstanciação: a. Apoio à redução tarifária transversalmente a todos os utentes; b. Apoio à redução tarifária ou à gratuidade para grupos alvo específicos; c. Apoio à criação “passes família”; d. Apoio às alterações tarifárias decorrentes do redesenho das redes de transporte e da alteração de sistemas tarifários. Considerando que: I. nos termos da legislação em vigor, e no âmbito do Transporte Escolar, a Câmara Municipal assegura aos alunos a oferta de um serviço de transporte entre o local de residência e o local do estabelecimento de ensino que frequentam, abrangendo os alunos dos ensinos básico e secundário que residam a mais de três quilómetros do estabelecimento de ensino, sendo gratuito para os alunos do ensino básico e participado em 50% para os alunos do ensino secundário; II. o Município, no âmbito da



L1

concessão dos Transportes Urbanos de Guimarães prevê na sua estrutura tarifária os seguintes passes: III. Passe da 3ª idade ("idoso"), com cobertura integral do concelho, em articulação com os operadores interurbanos (ARRIVA, LANDIM e TRANSDEV), no valor atual de €14,20, do qual o Município comparticipa €5,68 ao utente; iv. Passe para pessoas com reforma antecipada, com igual modalidade ao anterior, mas sem comparticipação do Município, direcionado para a faixa etária compreendida entre os 60 e os 65 anos e pensão inferior ao salário mínimo nacional (a atribuição é precedida de habilitação pelos serviços de ação social da Câmara); v. Passe para acompanhante de pessoa com mobilidade condicionada, gratuito, mediante qualificação prévia por parte dos serviços de ação social da Câmara; vi. Passes combinados, destinados à articulação entre o operador do serviço urbano TUG e os operadores interurbanos, por forma a evitar a detenção de dois passes e inerente redução do seu custo; vii. A utilização da Linha Cidade sem qualquer custo acrescido pelos detentores de passe em carreira interurbana, com origem ou destino em Guimarães, por forma a assegurar o seu rebatimento na Estação Central de Camionagem, sem prejuízo dos demais locais de paragem, será de submeter à apreciação Camarária a implementação das quatro ações a seguir elencadas, no âmbito do Despacho n.º 1234-A/2019 e da Resolução da Assembleia da República n.º 28/2019, de 19 de fevereiro: **1.** Promover a extensão da gratuitidade do transporte escolar aos alunos do ensino secundário que residam a mais de três quilómetros do estabelecimento de ensino e beneficiem atualmente da comparticipação de 50%, incrementando esta até aos 100%, por forma a fomentar a utilização do transporte público, em detrimento do transporte individual, contribuindo para a formação de hábitos futuros. Considerando a implementação desta medida no período de abril a julho do ano letivo em curso – 2018/2019, e

setembro a dezembro do ano letivo 2019/2020, bem como a informação constante dos Planos de Transporte Escolar dos dois anos letivos, 2018/2019 (universo de 1822 alunos beneficiários) e 2019/2020 (universo de 1812 alunos beneficiários), prevê-se uma despesa mensal de, aproximadamente, €38.700,00, totalizando para o ano civil, em curso, uma despesa de €309.841,30. -----

Comparticipação do valor remanescente (50%) do passe dos alunos do ensino secundário	Valor estimado mensal	Nº meses	Valor a consignar
abr-jul 2019	37 569,68 €	4	150 278,70 €
set-dez 2019	39 890,65 €	4	159 562,60 €
TOTAL			309 841,30 €

2. Comparticipação de 50% dos passes de alunos do ensino básico e secundário, que residam a uma distância inferior a 3 quilómetros do estabelecimento de ensino no próximo ano letivo – 2019/2020, por forma a promover o acesso ao transporte escolar, independentemente da distância entre o local de residência e o estabelecimento de ensino, sem prejuízo da referida promoção da utilização do transporte público, em detrimento do transporte individual, contribuindo para a desejável alteração de comportamentos, no que respeita aos meios de deslocação utilizados e formação de hábitos futuros. Considerando o seu início em setembro e o inerente período até dezembro, atento o âmbito do PART 2019, um valor médio do passe mensal de €28,00 e uma adesão estimada de 60% dos alunos do ensino secundário e 30% dos do ensino básico, respetivamente 790 e 2644 alunos beneficiários, esta ação comportará uma despesa de €192.292,80. -----

Comparticipação de 50% do passe de alunos com residência inferior a 3 kms	Valor estimado mensal	Nº meses	Valor a consignar
Ensino Secundário - set-dez 2019	11 062,80 €	4	44 251,20 €



L.

pc

Ensino Básico - set-dez 2019	37 010,40 €	4	148 041,60 €
TOTAL			192 292,80 €

3. Comparticipação de 50% do passe em transporte público regular para crianças ou jovens, até aos 18 anos - "Passe Sub-18", para o mês de agosto, período de férias escolares não abrangido pelo passe escolar, por forma a garantir a mobilidade e promover a sua capacidade de deslocação em transporte público, no concelho de Guimarães. Considerando uma estimativa de 15% dos alunos do ensino básico e secundário (2273 alunos beneficiários), bem como um valor médio do passe mensal de €28,00, esta ação implicará uma despesa de €31.815,00. -----

Comparticipação de 50% de um "Passe Sub-18", mês de agosto	Valor estimado mensal	Nº meses	Valor a consignar
ago 2019	31 815,00 €	1	31 15,00 €

4. Com o intuito de promover o uso do transporte público, designadamente do modo ferroviário e a sua intermodalidade com o transporte em autocarro, participar o passe da Linha Cidade (TUG) aos assinantes do passe da CP – Comboios de Portugal, com origem / destino em Guimarães. Esta ação, para além de assegurar a referida intermodalidade, permitirá ainda um alcance supramunicipal, atento o serviço do comboio aos concelhos limítrofes, Vizela e Santo Tirso, bem como dos demais da Área Metropolitana do Porto, a onde este último concelho se integra, perseguindo o objetivo de migrar os utilizadores do transporte individual para o transporte coletivo. De acordo com a informação disponibilizada pela CP, o número de passes mensal comercializado, com origem / destino em Guimarães, no mês de outubro de 2018, foi de 463. Preconizando a comparticipação de €7,00 do valor do passe da Linha Cidade, cabendo ao utente o valor de €10,00, bem como o seu alcance a cerca de metade do nº de assinantes do universo referido anteriormente, acarretará uma despesa

mensal aproximada de €1.540,00, e, para o período de maio a dezembro de 2019 – 8 meses, uma despesa total de €12.320,00. -----

Comparticipação do passe da linha da cidade (TUG) aos assinantes da CP - Comboios de Portugal, com origem / destino em Guimarães	Valor estimado mensal	Nº de meses	Valor a consignar
Maio - dezembro 2019	€1 540,00	8	€12 320,00

A implementação destas quatro ações implica a atribuição de um subsídio aos utentes do transporte público regular rodoviário, numa despesa total estimada de €546.269,10, cabendo €532.612,37 ao financiamento pelo Fundo Ambiental e €13.656,73 ao Município de Guimarães, correspondentes à participação de 2,5% da verba alocada, condição de acesso ao financiamento do PART.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes, Ricardo Araújo e Hugo Ribeiro apresentaram a seguinte **declaração de voto**. “1. O orçamento de Estado prevê o financiamento do programa de apoio a redução do tarifário dos transportes públicos com uma verba de 104 milhões de euros proveniente do fundo ambiental; 2. Tal valor será distribuído pelas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e pelas Comunidades Intermunicipais. 3. Da verba alocada à CIM do Ave, 1.351.933€, cabem a Guimarães 532.612,37€; 4. A proposta concreta em apreciação consiste na implementação de um conjunto de quatro medidas que o município pretende implementar enquadradas na legislação recente e que são as seguintes: a) Promover a extensão da gratuidade do transporte escolar aos alunos do ensino secundário que residam a mais de 3 km do estabelecimento de ensino e beneficiem atualmente da participação de 50%, medida que terá um custo estimado de €309.841; b) Participação de 50% nos passes de alunos do ensino básico e secundário que residam a uma distância inferior a 3 km do estabelecimento de ensino, medida cujo custo se estima em €192.292; c) Participação de



50% do passe em transporte público para o jovens com o passe sub 18, para o mês de agosto, medida que cujos custos se estima em 31.815 euros; d) Comparticipação no passe na linha da cidade (TUG), aos assinantes do passe da CP com origem ou destino Guimarães. 5. O que transparece destas quatro medidas propostas é o seu direcionamento à população estudantil, universo limitado da população vimaranense, já ela própria utilizadora dos transportes coletivos. 6. Ora, constituindo objetivo central deste programa, a proteção do ambiente de modo a poder ser cumprido o compromisso que o governo assumiu em 2016 na COP 22, em Marraquexe, de atingir a neutralidade carbónica até ao final da primeira metade deste século, quem se deveria pretender estimular para a utilização dos transportes coletivos seriam os utilizadores de transportes individuais, sendo pois, esse universo, para o qual deveriam ser direcionados os incentivos. 7. Acresce a tudo isto que as medidas agora propostas estão 100 % afetas à redução do tarifário quando a exigência legislativa é de alocar apenas 60 % para esse efeito, ficando os restantes 40% alocados para o “aumento da oferta do serviço e extensão da rede”. 8. Tendo, porém, presente o interesse municipal, no aproveitamento deste incentivo do orçamento de estado, o grupo de vereação da Coligação PSD/CDS vota favoravelmente a presente proposta.”-

Pelas 12:00 horas ausentou-se a Vereadora Sofia Ferreira. -----

DIVERSOS – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO – ALTERAÇÃO DE CALENDÁRIO DE PARTICIPAÇÃO – Presente a seguinte proposta: “Considerando que o Orçamento Participativo (OP) se tem assumido como um instrumento fundamental de participação dos cidadãos em Guimarães, ajudando com as suas propostas a adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas das pessoas, este deve ser um processo dinâmico, que acolha permanentemente as expectativas dos cidadãos no processo de tomada de decisão, bem como adequar a metodologia utilizada às características e

necessidades da nossa população. A edição de 2019 estabeleceu um calendário de participação de acordo com a seguinte distribuição: • Apresentação de propostas online ou presencialmente: 4 de março a 9 de maio de 2019; • Possibilidade de realização de Assembleias Participativas: 14 de março a 9 de maio de 2019; • Análise técnica das propostas: 10 de maio a 14 de agosto de 2019; • Período de reclamações: 16 a 22 de agosto de 2019; • Decisão sobre as reclamações: 12 a 19 de setembro de 2019; • Divulgação da lista final de propostas a votação: 24 de setembro de 2019; • Votação online e SMS: 8 de outubro a 21 de novembro (16:00 h) de 2019; • Assembleia de Voto Presencial: 8 outubro a 21 de novembro (16:00 h) de 2019; • Anúncio público dos projetos vencedores: até 4 de dezembro de 2019. Esta calendarização não tem sido cumprida, por força da aplicação do número 4, do artigo 10º, da Lei nº 72-A/2015, de 23 de julho, bem como da interpretação deste normativo pela Comissão Nacional de Eleições, com a sua Nota Informativa de 6 de março de 2019. A proibição de publicidade institucional e as sucessivas interpretações e reinterpretações da Lei e da Nota Informativa continuam a levantar sérias dúvidas à possibilidade de podermos publicitar o OP. Sendo a divulgação pelos diversos meios físicos e digitais, essencial ao sucesso do Orçamento Participativo, consideras e adequada a alteração do calendário de participação constante nas Normas de Participação aprovadas em reunião de Câmara de 28 de fevereiro de 2019. Dessa forma propõe-se que seja aprovado a revisão do calendário para a seguinte forma: • Apresentação de propostas online ou presencialmente: 14 de outubro a 14 de dezembro de 2019; • Possibilidade de realização de Assembleias Participativas: 14 de outubro a 14 de dezembro de 2019; • Análise técnica das propostas: 15 de dezembro de 2019 a 30 de janeiro de 2020; • Período de reclamações: 31 de janeiro a 13 de fevereiro de 2020; • Decisão sobre as reclamações: 14 a 21 de fevereiro



de 2020; • Divulgação da lista final de propostas a votação: 27 de fevereiro de 2020; • Votação online e SMS: 2 de março 30 de abril de 2020 (16:00 h) de 2020; • Assembleia de Voto Presencial: 2 de março 30 de abril de 2020 (16:00 h) de 2020; • Anúncio público dos projetos vencedores: até 5 de maio de 2020." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

Pelas 12:10 horas o Presidente da Câmara deu a palavra ao cidadão **José Faria**, que veio expor os problemas que tem enfrentado desde que adquiriu um apartamento, situado na Rua Eça de Queirós, numa área em que existe um diferendo sobre os limites das freguesias da Costa e de Mesão Frio, exemplificando com o indeferimento, pela Autoridade Tributária, do requerimento apresentado para isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis. Explicou os contornos do processo, as diligências que efetuou junto dos Presidentes de Junta em causa, bem como o facto de a sua morada fiscal não coincidir com a localização do imóvel que consta do registo na Conservatória do Registo Predial, impedindo-o de regularizar o seu agregado familiar junto das diferentes entidades. -----

Presidente da Câmara - Sobre esta intervenção, disse que situações como estas trazem prejuízos aos cidadãos, que não têm qualquer responsabilidade pela situação criada, e que não conseguem resolver os processos. Disse, ainda, que as Câmaras Municipais têm muita dificuldade em atuar nestas situações, considerando que as Assembleias de Freguesia são soberanas nesta matéria. Considerou urgente uma alteração legislativa nesta matéria, nomeadamente a constituição de uma entidade de recurso hierárquico que possa resolver o impasse. Mostrou-se disponível para dialogar com os ministérios da tutela na procura de uma solução para um

problema que afeta muitos cidadãos, reconhecendo o constrangimento gerado pela situação. -----

Vereador André Coelho Lima – A propósito desta intervenção, informou que a Coligação Juntos por Guimarães tinha já preparada uma proposta sobre esta matéria para ser apresentada brevemente em reunião de Câmara. Assim, e considerando a oportunidade, propôs a reativação da Comissão para a definição dos limites do concelho de Guimarães e das freguesias, reunida pela última vez em 31 de maio de 2002, com participação dos partidos políticos. -----

PELAS DOZE HORAS E VINTE MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----

comunicado

João Paulo Soares